

ESPAÇO PÚBLICO: A FEIRA COMO FORMA DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Gabriela Lamanna Soares (IC) e Denise Antonucci (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

No cenário contemporâneo, ao reconhecer a cidade como resultado de um processo histórico, compreende-se também como os espaços públicos são essenciais para a formação desses territórios. Atualmente, nota-se a reapropriação dos espaços públicos nas cidades pela população e retomada da percepção desses como espaços de encontro. Logo, é certo que estes são espaços fundamentais para os territórios urbanos, são espaços da multiplicidade e da pluralidade, portanto, que abrigam as mais diversas manifestações humanas. Considera-se, então, os espaços públicos como potências para a vida pública e social urbana. Assim, objetiva-se compreender o uso e a apropriação dos espaços públicos urbanos e investigar a elaboração de um ambiente temporário e a resignificação de um espaço público urbano por meio de apropriações efêmeras. Para isso, definiu-se como objeto de pesquisa a Praça Dom Orione, no Bexiga, e as feiras que nela ocorrem. O estudo contempla a análise do território, da feira de Antiquidades, da feira Jardim Secreto e da transformação do ambiente da praça por meio das feiras. Em síntese, percebe-se que apropriação efêmera de um espaço público urbano resignifica o local e, com isso, estimula o uso do espaço e dos adjacentes, influenciando na dinâmica urbana do território. Ainda, a resignificação potencializa-o como local de troca, encontro e convívio e incentiva novas experiências e percepções do espaço.

Palavras-chave: Espaço público. Apropriações efêmeras. Resignificação do espaço.

ABSTRACT

In the contemporary scenario, by recognizing the city as the result of a historical process, it's possible to understand how public spaces are essential for the formation of these territories. Currently, it has been noticed a reappropriation of public spaces in the cities by the population and a resumption of their perception of these as meeting spaces. Therefore, the public spaces are fundamental for urban territories, they are spaces of multiplicity and plurality that receive the most diverse human manifestations. So, public spaces are considered potentialities for public and social urban life. The objective is to comprehend the use and appropriation of urban public spaces and to investigate the elaboration of a temporary environment and the resignification of an urban public space through ephemeral appropriations. For this, it was defined as a research object the Dom Orione Square, in Bexiga, and the fairs that occur there. The study analyses the territory, the Antiques Fair, the Jardim Secreto Fair and the transformation of the square's environment through the fairs. In summary, it can be seen that ephemeral appropriation of an urban public space resignifies the place and stimulates the use

of space and the surrounding, influencing the urban dynamics of the territory. Still, the resignification enhances it as a place of experiences exchanges and social coexistence and stimulates new experiences and perceptions of space.

Keywords: Public space. Ephemeral appropriations. Resignifications of space.

1. INTRODUÇÃO

A importância dos espaços públicos para as cidades pode ser apresentada em três pontos principais: são parte da identidade das cidades ocidentais, são fundamentais para a formação da identidade da população e são uma experiência sensorial no espaço urbano (CALLIARI, 2018). Assim, entendemos o espaço público urbano como parte fundamental das cidades, que abriga a pluralidade e a alteridade.

De sorte que todo espaço urbano foi, é, e será, *concentrando e poli(multi)cêntrico*. A forma do espaço urbano evoca e provoca essa concentração e essa dispersão: multidões, acumulações colossais, evacuações, ejeções públicas. O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas (LEFEBVRE, 2002, p. 46).

Em vista disso, entende-se que é no espaço público que existe o contato com o outro e com a cidade, é o local em que se realizam trocas, sejam estas comerciais, de conhecimento ou de experiências. Por estas razões que os espaços públicos são ocupados e são cada vez mais alvos de estudos, “[...] a experiência física de estar na rua, de ver outras pessoas, de caminhar e ir a lugares é *insubstituível*” (CALLIARI, 2017, grifo nosso). Assim, a vitalidade dos espaços públicos mostra-se como questão fundamental dentro desse debate.

As apropriações do espaço público urbano estão presentes no dia a dia da cidade, as praças, os parques e as ruas são ocupados pelas mais diversas atividades, tanto em situações cotidianas como em eventos. Atualmente, em São Paulo, temos como exemplo a Avenida Paulista aos domingos, o Minhocão todas as noites e aos domingos, as feiras livres por todos os bairros da cidade, o carnaval de rua, que ganhou grandes proporções nos últimos anos e já ocupa diversas ruas da capital, as manifestações reivindicatórias. Estes usos transformam o espaço público urbano, mesmo que por um período determinado, e explicitam a importância das apropriações do espaço público para ativar a dinâmica urbana e a vida pública e social.

Assim, é através da apropriação efêmera do espaço público, que carrega a intenção de usar o espaço de maneiras diferentes do convencional, que este pode ser ressignificado. Observa-se, com isso, a composição de um ambiente efêmero dentro do espaço público urbano que ao mesmo tempo que estabelece relações com o espaço existente, e, por vezes, consolidado, possibilita novas experiências e vivências nesse espaço. Além disso, há um caráter transformador do espaço, como afirma Fontes (2012, p. 47) “[...] as intervenções temporárias deixam marcas permanentes nos lugares, ainda que de diferentes impactos e

intensidades [...] as marcas do temporário são construídas no movimento e no tempo, são sutis e se ancoram firmemente no lugar”.

Desta forma, compreender a ressignificação do espaço público urbano por meio dos modos de apropriação do mesmo é reconhecer a potencialidade e o desempenho de um território urbano dentro de seu contexto.

Com base nestas colocações, este estudo busca a compreensão da ocupação e apropriação dos espaços públicos urbanos e sua intervenção nas dinâmicas urbanas do território no contexto contemporâneo. Assim, a pesquisa se estrutura através do objetivo de analisar a Praça Dom Orione, na região do Bexiga, Bela Vista, São Paulo, com o intuito de entender o uso de seu espaço, principalmente quando abriga uma feira, ocupação efêmera do local. Considerando a feira como uma ocupação de caráter temporário, procura-se entender as mudanças no território e, logo, na dinâmica urbana que gera novas possibilidades de percepção e experiência no espaço urbano.

Portanto, frente ao cenário contemporâneo, questiona-se como as apropriações efêmeras ressignificam o espaço público urbano quando o ativam e influenciam a dinâmica urbana local, com a intenção de reconhecer e compreender a potência dos espaços públicos da cidade como suporte para as atividades da vida pública e social urbana.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O espaço público urbano na história das cidades

Para enfrentar a complexidade dos espaços públicos, devido à abrangência do tema, torna-se essencial um breve panorama histórico que contextualize a sua importância como elemento da formação, desenvolvimento e identidade das cidades ocidentais.

No período clássico, a ágora era “[...] o elemento mais vital e distintivo da cidade [...]” (MUMFORD, 1961, p. 168), o “[...] centro dinâmico da cidade grega [...]” (ibidem, p. 166). Mumford coloca a ágora como um espaço aberto que exerce função social, é o local de reunião e de troca, mas “[...] acima de tudo, um lugar destinado à palavra; e, provavelmente, não existe sequer um mercado urbano em que a troca de notícias e opiniões, pelo menos no passado, não desempenhou um papel quase tão importante quanto a troca de mercadorias” (ibidem, p. 167).

Após esse período, na cidade medieval, a praça do mercado substitui a ágora e tornou o espaço público em “[...] o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca [...]” (LEFEBVRE, 2002, p. 22). Portanto, é a partir do século XIV na Europa Ocidental que “[...] a troca comercial torna-se *função* urbana [...]” (ibidem, p. 23, grifo do autor) e desta decorre uma forma e “[...] uma nova *estrutura* do espaço urbano [...]” (ibidem, p. 23, grifo do autor) que

detém a interação entre os aspectos função, forma e estrutura. Deste modo, Lefebvre também afirma que estes “[...] lugares destinados à troca e ao comércio são, de início, fortemente marcados por signos de *heterotopia*” (2002, p. 22, grifo do autor).

De acordo com Mumford (1961, p. 376), “[...] entre os séculos XV e XVIII, tomou forma na Europa um novo complexo de traços culturais. Tanto a forma quanto o conteúdo da vida urbana, em consequência, foram radicalmente alterados”. Segundo o autor, essas transformações se deram por meio de rigorosas regras e modelos de composição, “[...] mas aqueles trechos de beleza e ordem ganham grande realce pelo congestionamento contrastante que os rodeia” (MUMFORD, 1961, p. 381).

Os espaços da cidade industrial foram reconfigurados com a industrialização e consequentes transformações do ambiente urbano. Para Mumford (1961, p. 446), o capitalismo introduziu “[...] os costumes da praça de mercado, de maneira universal, em todos os cantos da cidade: nenhuma parte dela ficava imune à mudança, se esta pudesse ser conseguida em troca de lucro”. Do mesmo modo, a presença e a valorização do automóvel interferiu nos espaços urbanos das cidades modernas, impondo grandes intervenções viárias.

No contexto contemporâneo, compreende-se a cidade como o resultado de um processo histórico, portanto, a identidade da cidade contemporânea também está ligada ao seu passado e a todos os seus processos de transformação. Assim, os espaços públicos são parte essencial da formação da identidade das cidades e da vida pública nas mesmas.

Entretanto, há uma dificuldade em definir exatamente o que seria o espaço público urbano na contemporaneidade e seu papel neste contexto. Como diz Serpa (2007, p. 9), “[...] discutir o papel do espaço público na cidade contemporânea constitui-se, antes de tudo, em um desafio”, considerando o espaço público como o espaço simbólico e da ação política.

A cidade contemporânea parece ser pródiga em gerar espaços que desestimulam a urbanidade. Vários estudiosos dedicam-se a descrever e entender como esses espaços propiciam a segregação, em vez de promover o encontro (CALLIARI, 2016, p. 41).

Apesar dessa força presente nas cidades de desprezo aos espaços públicos, atualmente, há uma tendência de reapropriação destes espaços pelas pessoas. Entende-se, portanto, que há uma retomada da percepção do espaço público como o espaço do encontro e da troca, despertando, assim, essa reapropriação por meio de diversas atividades que impulsionam o uso do espaço pelas pessoas (CALLIARI, 2016).

Assim, considerando a abrangência do conceito de espaço público, do ambiente físico de livre acesso ao espaço do poder público, da escala local à escala da metrópole, entende-

se que este é o território da multiplicidade e da pluralidade, ou seja, que abriga diversas manifestações humanas.

Portanto, o urbano é uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de uma reunião, a *simultaneidade*. Essa forma não tem nenhum conteúdo específico, mas tudo a ela vem e nela vive. [...] O urbano é *cumulativo* de todos os conteúdos (LEFEBVRE, 2002, p. 112, grifo do autor).

2.2. A produção do espaço público em São Paulo

Antes de abordar o Bexiga e a Praça Dom Orione, se mostra necessário uma aproximação às circunstâncias da produção e ocupação dos espaços públicos em São Paulo, principalmente na região central. Buscando, assim, compreender a dimensão dos espaços públicos em São Paulo. Deste modo, pontua-se brevemente alguns momentos da história do desenvolvimento da cidade para compreender a produção desses espaços públicos e, portanto, os processos que os envolvem.

Frúgoli Jr propõe abordar o “[...] que leva os espaços públicos à deterioração ao mesmo tempo que prioriza a criação de espaços privatizados, esvaziando com isso a significação da vida urbana em seus termos públicos” (1995, p. 18). Como afirma Lefebvre (2002), as diferentes formas de produção de cidade dependem dos modos de produção vigentes e do processo cumulativo contínuo, de conhecimento, pessoas, e até capital, nas cidades.

No início do século XX, o centro tradicional de São Paulo era um espaço das elites, porém, como aponta Frúgoli Jr, já era possível notar alguns traços da presença popular nesses espaços. Com o crescente desenvolvimento da cidade, o centro tornou-se “[...] um espaço gradativamente deteriorado, heterogêneo e popularizado, sendo abandonado pelas camadas sociais de maior poder aquisitivo” (FRÚGOLI JR, 1995, p. 25).

A partir das primeiras décadas do século XX, nota-se um novo padrão de desenvolvimento urbano, caracterizado pela expansão da área urbana, a ocupação das margens de grandes ferrovias pelas fábricas e a ocupação das periferias pelas classes mais baixas. O momento também é marcado por um grande aumento populacional, através da entrada de um alto número de imigrantes e migrantes nacionais, estes vindos principalmente do Nordeste.

As transformações urbanas se tornaram ainda mais presentes nas décadas de 1950 e 1960. Em São Paulo, essa época marcou uma nova fase da organização espacial do território urbano, até pelo *Plano Urbanístico Básico do Município de São Paulo* (1968). Porém, no contexto autoritário da época, o planejamento e as intervenções urbanas apresentaram caráter impositivo, que priorizou “[...] o transporte e o fluxo, com a abertura de grandes

avenidas, viadutos e posteriormente o Metrô” (FRÚGOLI JR, 1995, p. 74). Algumas das grandes intervenções foram a implantação do Elevado João Goulart, por exemplo, e o alargamento da rua Treze de Maio e a implantação do Viaduto Armando Puglisi, ambos na região central de São Paulo.

A acentuação da metropolização de São Paulo significou para os espaços públicos centrais uma visível e crescente desvalorização, paralela a uma sujeição cada vez maior à lógica do fluxo de automóveis. Tal quadro, acentuado pelo fato de que boa parte dos grupos sociais de maior poder aquisitivo vão gradativamente abandonando esses espaços para realizar suas relações em locais de caráter mais privatizado [...] reforça a representação de que as ruas são espaços de total degradação, de crime, de horror, de mazelas sociais, de grupos sociais marginais (imagem alimentada e ampliada constantemente pelos meios de comunicação) (FRÚGOLI JR, 1995, p. 72).

No final do século XX, nota-se uma ampliação dos debates em torno dos espaços públicos em São Paulo através do *Seminário Internacional de Revitalização de Áreas Centrais*, em 1975, e o *Seminário Internacional Centro XXI*, em 1995. Como constata Abrahão (2008, p. 35) “[...] as principais idéias edificatórias de tais discursos emergiram [...]” desses dois seminários e é no período entre eles que “[...] o termo espaço público passou genericamente a ser utilizado para nomear o conjunto de praças, parques, ruas e avenidas, sendo a ele atrelado um universo de significados” (ibidem, p. 59).

Atualmente, apesar de ainda persistir uma visão de deterioração dos espaços públicos centrais, é crescente a ocupação destes espaços por diversos grupos sociais. Como comentado anteriormente, “[...] há evidências de novas tendências de reintegração e de reapropriação dos espaços públicos por diferentes setores da população” (CALLIARI, 2016, p. 163) e nota-se isso, pelo “[...] aumento da percepção de importância do espaço público como ponto de encontro e fruição por parte da sociedade e o desejo de sua reapropriação” (ibidem, p. 165). E, como expõe Abrahão (2008, p. 45) “[...] há, em Jordi Borja, forte convicção de que o espaço público é um instrumento urbanístico fundamental para o resgate da cidade democrática contemporânea, seriamente ameaçada pela dissolução, fragmentação e privatização de seus espaços”.

2.3. A ressignificação do espaço público por meio da apropriação

Parte-se do pressuposto que o uso do local é o que o significa e define, assim as pessoas reconhecem e compreendem o local pelo sentido e uso atribuído a ele. Segundo Norberg-Schulz (2013), o lugar é uma totalidade construída, e não abstrata, e esta estabelece a essência do lugar, uma atmosfera. Desta forma, interpreta-se que “[...] o estabelecimento

de um sentido, portanto, transforma o espaço. O lugar é espaço vivido. O significado é o que torna um espaço um lugar” (CALLIARI, 2016, p. 58).

Para Lefebvre,

[...] no espaço urbano sempre ocorre algo. [...] o vazio (uma praça) atrai; ele tem esse sentido e esse fim. Virtualmente, qualquer coisa pode ocorrer não importa onde. Aqui ou ali, uma multidão pode se reunir, objetos amontoarem-se, uma festa ocorrer, um acontecimento, aterrorizante ou agradável, sobrevir. Daí o caráter fascinante do espaço urbano: *a centralidade sempre possível* (2002, p. 121, grifo nosso).

Isto posto entende-se que se é a ocupação do lugar que o define, a mudança de uso, uma outra apropriação do espaço que não seja seu uso cotidiano e conhecido, o transforma. Segundo Fontes (2012), as intervenções temporárias podem gerar efeitos duradouros nos lugares, efeitos, estes, materiais ou imateriais, por exemplo, a memória coletiva, a herança cultural e a conexão entre as pessoas e o local.

De acordo com Castro (2017), são diferentes processos e agentes, articulados em determinado espaço público e tempo, que marcam e modificam o local, além de gerarem interesses específicos em outros agentes. Assim, cada espaço público associa diversos processos e transformações que auxiliam nesse processo de reapropriação do espaço urbano. E entende-se, portanto, que a apropriação de um espaço o transforma fisicamente, de maneira temporária ou não, e também conduz mudanças mais duradouras em sua significação, demonstrando a importância do uso do espaço urbano para vitalidade e dinâmica urbana.

Um sentimento de “pertencimento” entre aquele espaço público e o cidadão é incentivado, pois se cria um ambiente favorável ao habitante para que se sinta parte de um grupo simbolicamente vinculado a um espaço que faz parte de sua identidade; ainda que este espaço não seja permanentemente revitalizado em razão disso, isso já é um passo importante (COSTA, 2015, p. 29).

Então, a apropriação de um espaço público urbano por meio de um evento ou intervenção temporária resulta no estabelecimento de um ambiente efêmero dentro desta área pública.

“Ambiente Efêmero” [...] é entendido como o espaço dotado de novas qualidades materiais, um espaço ocupado por atividades humanas diferentes das cotidianas. É espaço urbano cuja sintaxe é intencionalmente modificada para criar um contexto que permita ao usuário atribuir significados diferentes dos costumeiros. Uma relação bilateral entre espaço e usuário, que

experimenta e percebe sensações distintas das de costume (COSTA, 2015, p. 54).

A construção desse ambiente transitório é possibilitada por uma arquitetura efêmera quando nos referimos a eventos e intervenções que demandam um outro suporte físico, além daquele fornecido pelo espaço público. É o caso de feiras, shows e outros eventos culturais nas ruas e praças públicas, por exemplo. Isto posto, compreende-se que a arquitetura efêmera é uma arquitetura feita para abrigar um uso transitório, portanto em seu início já é certo seu fim e para isso é essencial seu vínculo a sistemas construtivos que permitam a montagem e desmontagem da estrutura, e, em alguns casos, como em feiras, a repetição desse processo de montar e desmontar.

Desta maneira, essa arquitetura atua “[...] como instrumento para conceder ao espaço urbano novas nuances de maneira intencional: junto com seu contexto ela propõe uma nova significação urbana” (COSTA, 2015, p. 54). Desta forma, torna-se essencial compreender que a arquitetura efêmera e o espaço preexistente são indissociáveis na estruturação do ambiente efêmero. Como pontuam Schramm e Lima (2005), “a cidade “permanente” interage constantemente com uma cidade “flutuante”, feita de espaços e arquiteturas instáveis”.

A ressignificação do espaço, portanto, estabelece um outro ambiente e isso significa transformações físicas e perceptivas do espaço, transforma-se a atmosfera do espaço público urbano (COSTA, 2015). Por consequência, a dinâmica e a percepção do espaço são alteradas e, assim, “[...] o usuário experimenta sensações bastante distintas daquelas que experimenta quando cotidianamente percorre o local sem essa intervenção” (COSTA, 2015, p. 109).

Costa (2015) reconhece um processo presente nas intervenções temporárias que consiste em uma série de ações no espaço, a iniciar pela suspensão do uso cotidiano do local, passando por um estado de latência¹ até a implantação de um sistema construtivo efêmero, que pode ser complementado por uma infraestrutura também temporária e contenções, e, por último, a multidão, as pessoas que utilizarão o espaço. Portanto, é este processo que permite a ressignificação do local. Como o autor defende, “[...] o simples impedimento do uso habitual virtualiza os usos potenciais” (COSTA, 2015, p. 94) do lugar. Assim, conclui-se que a partir do instante que o uso cotidiano é interrompido, o significado que pode ser atribuído ao espaço é comprometido e, com isso, permite-se a ressignificação.

3. METODOLOGIA

¹ O autor define como uma etapa da ressignificação do espaço "em que várias possibilidades de uso do espaço coexistem ainda sem se manifestar" (COSTA, 2015, p. 95).

A pesquisa apresenta-se como uma análise qualitativa que visa aprofundar a compreensão sobre a ocupação dos espaços públicos no contexto urbano a partir de um estudo de caso na cidade de São Paulo. Assim, a metodologia adotada se estrutura através das seguintes etapas:

1. Levantamento bibliográfico

1.1. Estudo sobre espaços públicos;

1.2. Pesquisa e estudo sobre a produção dos espaços públicos em São Paulo;

1.3. Pesquisa e estudo sobre a apropriação dos espaços públicos por eventos temporários;

1.4. Estudo sobre a arquitetura efêmera;

1.5. Pesquisa e estudo sobre a resignificação do espaço público;

2. Levantamento iconográfico

2.1. Pesquisa de mapas históricos da região do Bexiga, Bela Vista;

2.2. Produção de mapas atuais da região do Bexiga, Bela Vista;

2.3. Fotografias *in loco* do objeto de estudo, a Praça Dom Orione;

3. Estudo do objeto de pesquisa

3.1. Estudo sobre o contexto urbano da Praça Dom Orione, o bairro do Bexiga;

3.2. Estudo sobre a Praça Dom Orione;

3.3. Estudo sobre as feiras;

4. Visitas *in loco* à Praça Dom Orione

4.1. Em um dia sem feira;

4.2. Durante a realização da feira de antiguidades;

4.3. Durante a realização da feira Jardim Secreto;

5. Análise do objeto de pesquisa

5.1. Análise do suporte físico da Praça Dom Orione;

5.2. Análise das feiras;

5.3. Análise da forma de ocupação do espaço público por meio das duas feiras;

5.4. Análise da transformação do espaço público;

6. Discussão dos resultados;

7. Elaboração da redação preliminar;
8. Elaboração do relatório final.

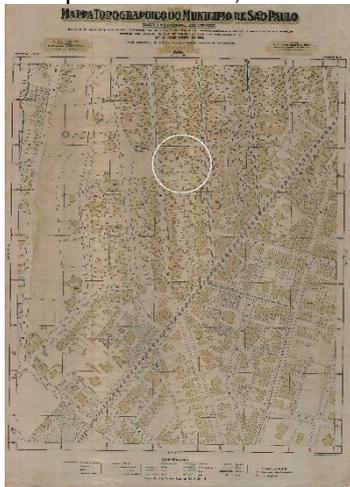
4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1. O bairro do Bexiga e a Praça Dom Orione

Considerando que o estudo se estrutura na análise da Praça Dom Orione, mostra-se de extrema importância a análise deste território urbano. Localizada no bairro do Bexiga, Bela Vista, São Paulo, a Praça Dom Orione está dentro do perímetro da subprefeitura da Sé, região central da cidade de São Paulo.

A proposta é de uma aproximação empírica ao território através da leitura de mapas que permitem uma análise morfológica deste, tanto da situação atual como das transformações ao longo dos anos.

Figura 1 – Mapa Sara Brasil, 1930



Fonte: Geosampa, 2019, modificado pela autora

Figura 2 – Mapa VASP, 1954



Fonte: Geosampa, 2019, modificado pela autora

Figura 3 – Ortofoto, 2004



Fonte: Geosampa, 2019, modificado pela autora

Figura 4 – Ortofoto, 2017



Fonte: Geosampa, 2019

Assim, os mapas informam, cronologicamente, sobre o território e as transformações destes e possibilitam uma leitura da construção do bairro. De acordo com Paes (1999), o

Bexiga foi loteado em 1878, na mesma época que bairros como Brás, Barra Funda e Mooca, mas, diferente destes, o Bexiga estava afastado das ferrovias e, por consequência, das maiores indústrias também. Esse contexto influenciou a ocupação deste solo urbano.

Em 1930, como mostra o mapa Sara Brasil (figura 1), observa-se este loteamento ortogonal, com quadras extensas e lotes de testada estreita, mas com grande profundidade, mesmo com a topografia acidentada da região. Neste período, nota-se que o bairro já indicava considerável ocupação do solo, com edificações que apresentavam, em sua maioria, pouco ou nenhum recuo entre as outras, e com uso predominantemente residencial (PAES, 1999). Também se nota a presença da Escadaria do Bexiga, construída em 1929, que é um patrimônio histórico do bairro e conecta a Rua dos Ingleses à Rua Treze de Maio.

Através do VASP (figura 2), de 1954, compreende-se que o bairro adensou, mantendo as características gerais de ocupação, com exceção dos usos que se diversificaram. Como afirma Paes (1999), a partir da década de 1940 o bairro iniciou uma lenta transformação, tornando-se mais heterogêneo.

A partir das décadas de 1960 e 1970, o bairro é submetido a algumas intervenções viárias de grande impacto no tecido urbano, que desconsideraram e se sobrepuseram ao existente. Entre elas a construção do Viaduto Júlio de Mesquita Filho e uma série de intervenções na Rua Treze de Maio e na Rua Rui Barbosa, como o alargamento da Rui Barbosa, o encontro desta via com a Treze de Maio, demolindo-se quadras inteiras para tornar a intervenção possível, e o Viaduto Armando Puglisi. Mas é

[...] nos tecidos residuais desta intervenção, que foi construída a pequena praça Don Orione. Por ser praticamente a única do bairro, é hoje importante local de socialização dos moradores. Mesmo porque está ao pé da Escadão, como era conhecida a escada da rua Treze de Maio, que, além de sua importância como elemento de circulação, tem um papel afetivo muito forte, e portanto simbólico, no bairro (PAES, 1999, p. 65).

Por fim, a ortofotos, de 2004 (figura 3) e de 2017 (figura 4), respectivamente, mostram uma configuração mais atual do bairro. Pode-se destacar a proporção das áreas livres em contraponto das ocupadas no território, que, como foi dito, tem a Praça Dom Orione como um dos únicos espaços livres do bairro.

Dessa forma, percebe-se que a forma urbana traduz o registro da história das ações civis e públicas e que delas pode-se apreender qual ideologia norteou a ocupação do solo ao longo do tempo. Nesse sentido, a forma urbana é consolidada por meio de camadas históricas sobrepostas (COSTA; NETTO, 2015, p. 32).

Assim, entende-se que a configuração do tecido urbano, historicamente determinada, define até os dias de hoje as ocupações no território. Os mapas atuais, portanto, expõem a permanência do desenho das quadras e dos lotes (figuras 5, 6 e 7).

Figura 5 – Mapa Caminhabilidade (área dos quarteirões), sem escala



■ Quarteirões < 10.000m²
 ■ Quarteirões ≥ 10.000m² e < 20.000m²
 ■ Quarteirões ≥ 20.000m²

Fonte: Acervo da autora, 2019

Figura 6 – Mapa Granulometria (área dos lotes), sem escala



■ Lotes < 250m²
 ■ Lotes ≥ 250m² e < 500m²
 ■ Lotes ≥ 500m² e < 1000m²
 ■ Lotes ≥ 1000m² e < 2500m²
 ■ Lotes ≥ 2500m²

Fonte: Acervo da autora, 2019

Figura 7 – Mapa Granulometria II (densidade dos lotes), sem escala



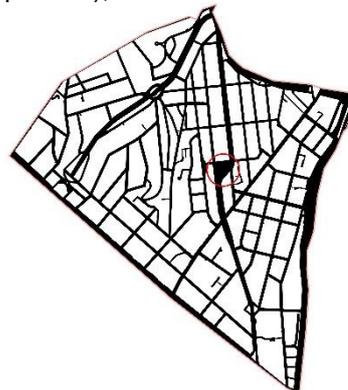
Fonte: Acervo da autora, 2019

Figura 8 – Permeabilidade vertical (cheios e vazios), sem escala



Fonte: Acervo da autora, 2019

Figura 9 – Permeabilidade horizontal (público e privado), sem escala



Fonte: Acervo da autora, 2019

Figura 10 – Mapa Caminhabilidade II (rácio entre calçada e leito carroçável), sem escala



Fonte: Acervo da autora, 2019

Outro viés a abordar é a relação das áreas públicas e privadas no território. Assim, estes mapas informam e auxiliam na compreensão da porcentagem de área livre e pública perante áreas construídas e privadas. A partir deles é possível identificar que, de um recorte territorial de 2,84 km², 1,31 km² (46,09%) corresponde a área construída e 1,53 km² (53,91%) a área livre (figura 8) e que 2,01 km² (70,75%) a área privada e 0,83 km² (29,25%) a área pública (figura 9) do território.

Além disso, destaca-se a importância de distinguir o quanto da área pública disponível no território é leito carroçável e o quanto é área acessível e própria para uso e ocupação das pessoas. Por meio do mapa de rácio entre calçadas e leito carroçável (figura 10), identifica-se que da área pública disponível a maior parte é leito carroçável, 67,73% contra 32,27% de calçadas, incluindo praças e canteiros. Outra lógica já presente no território e acentuada com as intervenções viárias que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970. Como apontado por Frúgoli Jr (1995), a metropolização da cidade de São Paulo implicou o aumento da lógica viária e a desvalorização dos espaços públicos urbanos.

Segundo Lefebvre (2002), a cidade gera a situação urbana pelo caráter de centralizar tudo e de destacar as relações sociais, entre elas “[...] a existência recíproca e a manifestação das diferenças [...]” (ibidem, p. 111). Assim, ao centralizar, a cidade reúne tudo. Deste modo, o autor afirma que “os signos do urbano são os signos da reunião: as coisas que permitem a reunião (a rua e a superfície da rua, pedra, asfalto, calçada, etc.) e as estipulações da reunião (praças, luzes, etc.)” (ibidem, p. 111). Portanto, a forma urbana de uma região permite a leitura das possibilidades de ocupação e de reunião.

Figura 11 – Praça Dom Orione, vista da Rua Fortaleza



Fonte: Acervo da autora, 2019

Figura 12 – Mapa esquemático da Praça Dom Orione



Fonte: Acervo da autora, 2019

Dentro deste cenário, questiona-se o que essa configuração do território urbano implica à vida pública da cidade. Logo, como esses espaços permitem que as pessoas os usem e os ocupem. E, assim, aproximando-se mais do objeto desta pesquisa, pontua-se a importância da Praça Dom Orione (figura 11) como um dos únicos espaços livres da região, com aproximadamente 5264,60m²². Criada a partir de um rastro da intervenção viária, sem intenção de valorização do espaço público e coletivo, o uso e ocupação da Praça Dom Orione ressignifica o território e essa dinâmica urbana e transforma-a em um espaço coletivo que abriga eventos que, hoje, fazem parte do bairro e da herança cultural deste território urbano.

² Dado obtido através do Mapa Digital da Cidade de São Paulo.

Sobreposição de atividades que cotidianamente ali [Praça Dom Orione] se realiza: feira de antiguidades, local de eventos das organizações do bairro, play ground para as crianças, local de encontro e jogo para velhos, isto é, pelo seu caráter de único espaço público que possibilita estes acontecimentos em todo o núcleo do bairro (PAES, 1999, p. 79).

Alvo de revitalização em 2017 (SÃO PAULO, 2017), a Praça Dom Orione contou com a reconstrução do coreto, instalação de um novo playground e melhorias na iluminação pública. Atualmente, a Praça configura-se através de áreas de vegetação, delimitadas por muros baixos e gradis, e percursos, com uma área aberta mais central, voltada para a Rua Fortaleza, onde encontra-se o coreto, o playground, algumas mesas e cadeiras fixas de concreto e equipamentos para exercícios físicos (figura 12). Observa-se também a presença de uma pequena edificação, a antiga base da Guarda Civil Metropolitana.

4.2. A feira como forma de ocupação

Entre os diversos acontecimentos na Praça Dom Orione, a apropriação do espaço pelas feiras é o foco do estudo. Segundo Franco et al. (2019), a feira livre é “[...] exemplo de um tipo de comércio que é tão antigo quanto a própria idéia de cidade – entendida como lugar de encontro e de troca” e “sua permanência na metrópole contemporânea talvez se deva, justamente, a este caráter fluído, de grande capacidade de adaptação [...]”. Deste modo, as feiras são compreendidas como ocupações efêmeras do espaço público urbano, como uma “espécie de “evento urbano” cuja presença na cidade é uma variável do tempo” (FRANCO et al., 2019). Assim, a pesquisa se realiza pelo estudo de duas feiras que ocorrem na Praça: a feira de Antiguidades e a feira Jardim Secreto

Figura 13 – Feira de Antiguidades



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Figura 14 – Feira de Antiguidades



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Figura 15 – Feira Jardim Secreto



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Figura 16 – Feira Jardim Secreto



Fonte: Acervo pessoal, 2018

A Feira de Antiguidades (figuras 13 e 14) ocorre semanalmente desde 1984. Todos os domingos a Praça Dom Orione é transformada com a montagem de barracas de cerca de 200 expositores de peças de antiguidades (FEIRA). Assim, a feira já é uma tradição, uma forma de herança cultural e histórica da ocupação deste solo urbano. Já a organização da Feira Jardim Secreto (figuras 15 e 16) ocorre desde 2013 em diversos espaços da cidade, mas somente a partir de 2016 que esta feira ocupa a Praça Dom Orione. A proposta é de ser uma feira de pequenos produtores que explora a diversidade de trabalhos manuais e que estimule o consumo consciente, apresentando cerca de 200 expositores. Diferente da primeira, esta não tem uma periodicidade definida, mas costuma acontecer aos sábados ou feriados (A FEIRA).

Por ser um espaço público urbano, a Praça Dom Orione já é uma potencialidade para usos e ocupações. Entretanto, é quando há uma intenção de ocupação diferente da cotidiana que a potencialidade do espaço se amplia, como no caso das feiras. Neste momento, o espaço começa a se ressignificar e, com o início da montagem das barracas das feiras, a se transformar.

Como já dito, é característico desta apropriação efêmera a montagem de barracas no espaço que permite a configuração deste local de comércio e “[...] estabelece relações com o espaço onde está inserida no sentido de qualificá-lo, conceder-lhe novas dimensões e utilidades [...]” (COSTA, 2015, p. 52). Posto que se entende essas ocupações como efêmeras e, portanto, que elas têm um período de duração, as estruturas das barracas precisam ser montáveis e desmontáveis e de fácil transporte para possibilitar esse uso no espaço.

Importante ressaltar que as estruturas instaladas atuam “[...] como cenário e anteparo, incrementando as qualidades materiais do espaço para a realização de atividades humanas que o ressignificam” (COSTA, 2015, p. 144). Portanto, somente as barracas na Praça não

transformam o local, a resignificação do espaço dependem do uso efetivo deste local pelas pessoas e da criação de uma atmosfera que mude a experiência no espaço.

Deste modo, pode-se afirmar que a transformação do espaço é física, pelas barracas e pela presença das pessoas, e sensorial, pelos sons, cheiros e sensações que o lugar transformado possibilita. É, então, “[...] uma microrregião amalgamada por tudo aquilo que é inerente à sua atividade [...]” (COSTA, 2015, p. 142). Assim, todos os fatores, o suporte físico, as estruturas efêmeras, o uso, as pessoas, são essenciais para a transformação da atmosfera do espaço público urbano e para o estabelecimento de um ambiente efêmero que, por consequência, alteram a percepção do espaço.

Figura 17 – Diagrama área de ocupação pela feira de Antiquidades



Fonte: Acervo pessoal, 2019

Figura 18 – Diagrama área de ocupação pela feira Jardim Secreto



Fonte: Acervo pessoal, 2019

Partindo do pressuposto de que a Praça Dom Orione é o suporte físico da apropriação e de que o próprio espaço fornece os dados para a sua ocupação, observa-se que as feiras ocupam as calçadas e as áreas de percursos da praça (figuras 17 e 18). Portanto, os espaços ocupados são aqueles estabelecidos pelo espaço como possíveis para tal. Com estes percursos ocupados por barracas e com o ambiente efêmero estabelecido, a experiência na praça é outra com as feiras visto que a percepção do espaço e os estímulos gerados por este novo ambiente são diferentes do cotidiano.

[...] Mesmo que não sejam intencionais, essas sensações são consequências diretas da implantação deste ambiente efêmero. O usuário muito provavelmente não pondera sobre o que está sentindo, mas é evidente que as sensações neste ambiente labiríntico são diametralmente opostas às sensações experimentadas na Praça (COSTA, 2015, p. 144).

Segundo Costa (2015, p. 142), “[...] a atividade de compra e venda da Feira não é simples consequência do espaço, visto que esta pode transbordar as barreiras físicas que delimitam o espaço”. A apropriação por vezes extrapola os limites físicos da praça. As ruas, as outras calçadas e eventualmente até a Escadaria do Bexiga são ocupadas também. Pode-

se dizer que durante a feira de antiguidades é comum observar comerciantes ocupando as calçadas do entorno da praça com produtos expostos em tecidos no chão e a Escadaria frequentemente tem seus degraus usados como espaço para descansar. Mesmo que não seja diretamente uma ocupação da feira, as pessoas começam a se apropriar de mais espaços públicos do entorno. Então entende-se que a apropriação de um espaço público urbano estimula o uso deste espaço e dos adjacentes e, com isso, influencia na dinâmica urbana do território.

O uso do espaço pela feira transforma a praça em local de troca e encontro enquanto a própria feira atua como estímulo para a permanência no ambiente da Praça Dom Orione e para o estabelecimento de relação com o espaço público. Deste modo, as feiras como uma forma de ocupação do solo urbano transformam e ressignificam este território, incentivando, assim, outros modos de usar o espaço e gerando possibilidades de novas experiências urbanas e relações humanas nele. Além disso, essa ocupação do espaço público ativa o espaço urbano e impacta a dinâmica urbana da região, visto que são eventos de caráter público que atraem pessoas de fora do bairro. Assim, não só a praça e os espaços adjacentes são ocupados, todo o bairro sofre influência em dias que as feiras ocorrem. Como afirma Lefebvre (2002, p. 46), é no espaço urbano que “[...] as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas”.

Considerando o conceito de heterotopias colocado por Lefebvre (2002), a criação de um outro ambiente dentro do espaço público urbano pode ser vista como o outro lugar, aquele em que “[...] uma diferença que o caracteriza, situando-o (situando-se) em relação ao lugar inicialmente considerado” (LEFEBVRE, 2002, p. 45).

Portanto, compreende-se que o espaço é ressignificado quando, através do amálgama de ações e suportes, cria-se outra atmosfera, um novo ambiente, dentro do espaço urbano que proporciona outras experiências e estimula a vida pública e social e a relação com a cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa propôs um estudo sobre o espaço público urbano com o objetivo de compreender sua ocupação como forma de sua ressignificação e das dinâmicas urbanas estabelecidas a partir disso. Para isso, a análise da Praça Dom Orione, Bexiga, Bela Vista, devido à herança deste território, à configuração da praça e por apresentar usos e apropriações diversos, e a ocupação deste espaço público por duas feiras, por serem entendidas como apropriações de caráter efêmero.

Após os estudos desenvolvidos, foi possível compreender melhor as dinâmicas de apropriação do espaço público. A mudança de uso do local implementa-se através de algumas etapas. De início as atividades cotidianas são suspensas, depois estruturas efêmeras e de apoio à ocupação são instaladas e quando o outro uso realmente ocorre é que se gera um ambiente efêmero e o local se transforma. Portanto, é todo o conjunto de ações e o uso do local que ressignificam o espaço público.

Ainda que as duas feiras apresentem intenções e públicos diferentes, uma delas já é tradição do bairro enquanto a outra é uma atividade mais recente, elas ocupam um mesmo território público urbano e as duas ativam este território com suas propostas. Com isso, torna-se evidente a potência dos espaços públicos urbanos - espaços de múltiplas possibilidades.

Conclui-se, portanto, que apropriação efêmera de um espaço público urbano estimula o uso deste espaço e dos adjacentes e influencia na dinâmica urbana do território, potencializa-o como local de troca, encontro e convívio. Ao ressignificar o espaço público, propõe-se uma outra maneira de ocupá-lo e gera-se outras possibilidades de experiências e percepções daquele local.

6. REFERÊNCIAS

A FEIRA. Disponível em: <<https://www.feirajardimsecreto.com.br/feira>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. 196 p.

CALLIARI, Mauro. **Espaço público e urbanidade em São Paulo**. São Paulo: Bei Comunicação, 2016. 207 p.

CALLIARI, Mauro. **São Paulo. A única certeza do futuro é a incerteza**. 2017. Disponível em: <<https://arqfuturo.com.br/post/sao-paulo.-a-unica-certeza-do-futuro-e-a-incerteza.>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

CALLIARI, Mauro. **Por que devemos nos preocupar com o espaço público na cidade contemporânea?** 2018. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/caminhadas-urbanas/tres-razoes-para-nos-preocuparmos-com-o-espaco-publico-nas-intervencoes-urbanas/>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. et al. **Espaços públicos: interpretações e projeto**. 2017. Relatório de pesquisa – Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackpesquisa), São Paulo, 2017.

COSTA, Vitor Mesquita Bríngel da. **Efemeridade na arquitetura: a alternância de significado dos espaços públicos do centro paulistano na "Virada Cultural"**. 2015. Dissertação (Mestrado). PPGAU. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2834>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/arte, 2015.

FEIRA de Antiguidades. Disponível em: <<http://www.portaldobixiga.com.br/feira-de-antiguidades/>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

FONTES, Adriana Sansão. Intervenções temporárias e marcas permanentes na cidade contemporânea. **Arquitetura Revista**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.31-48, jun. 2012. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2012.81.05>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

FRANCO, Fernando de Mello et al. **São Paulo: redes e lugares**: Representação brasileira na 10ª Mostra Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza. Disponível em: <<http://m.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.077/307>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

FRÚGOLI JR, Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995. 111 p.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 178 p.

MUMFORD, Lewis. **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1961. 741 p.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 443-460.

OLIVEIRA, Eduardo de; SANTOS, Emmanuel Antonio dos; VALÉRIO F^o, Mário. Paisagens em transformação: culturas transformadas. **Revista Pós**, São Paulo, v. 33, n. 20, p.50-63, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/80920/84562>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

PAES, Célia da Rocha. **Bexiga e seus territórios**. 1999. 84 f. Dissertação (Mestrado) em Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 1999.

SÃO PAULO. Secretaria Especial de Comunicação (Org.). **Praça Dom Orione e escadaria do Bixiga são revitalizadas**. 2017. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/acoes-de-zeladoria-foram-realizadas-em-uma-parceria-entre-a-secretaria-municipal-de-prefeituras-regionais-e-a-comunidade-local>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

SCHRAMM, Mônica; LIMA, Beatriz de Abreu e. **Captar o efêmero**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 05, n. 058.11, Vitruvius, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.058/495>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. 205 p.